



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornalcomercio.com.br

### Em busca dos recursos prometidos

A força do povo gaúcho, em meio à tragédia que ainda assola o Rio Grande do Sul, foi mais uma vez mostrada durante a semana, em Brasília, com prefeitos, parlamentares e lideranças dos diversos setores, encarando as vicissitudes e participando intensamente dos debates e das cobranças dos recursos prometidos para a reconstrução do Estado. Isso tudo, em meio à votação da reforma tributária, que, aprovada, segue para o Senado.

### Recursos precisam chegar à população

O presidente da Comissão Externa de Enchentes do Rio Grande do Sul, deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo), buscou em reuniões contínuas, na Câmara dos Deputados, fazer pressões efetivas para que as promessas feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de que não faltaria recursos à reconstrução do Rio Grande do Sul, cheguem, efetivamente, até as pessoas e empresas atingidas.

### Apoio da Câmara e do Senado

Os deputados federais do RS Marcel van Hattem (Novo, à esq. na foto), Pompeo de Mattos (PDT), Ubiratan Sanderson (PL) e Luciano Zucco (PL) comemoraram a receptividade dos presidentes da Câmara e do Senado e a disposição deles de tentar resolver com o governo federal as pendências não atendidas em favor do Estado.



ANDRÉS FONTANA/DIVULGAÇÃO/JC

### Sinalizador positivo

Destacando que foi a única comissão que funcionou na semana durante a votação da reforma tributária, o deputado Marcel van Hattem afirmou que “viu um sinalizador positivo, pois a Câmara entende a importância da comissão externa. O presidente Arthur Lira (PP-AL) cancelou todas as atividades das demais comissões no período e manteve os trabalhos da comissão de recuperação do Rio Grande do Sul”.

### Dinheiro do leilão do arroz

Van Hattem disse ao **Repórter Brasília** que “foram reuniões produtivas, pois conseguimos reunir em torno do tema as duas casas do Congresso, um fato difícil de conseguir”. De prático, acentuou o parlamentar, “nós tivemos o compromisso do presidente Arthur Lira de falar com o ministro (da Fazenda) Fernando Haddad (PT) para disponibilizar os R\$ 7 bilhões do leilão do arroz, agora cancelado com a finalidade de subsidiar os agricultores do Estado”.

### Prioridade nos projetos

Outro ponto positivo, assinalou Van Hattem, “é que o presidente Lira garantiu que abriria espaço para que nossa comissão externa apresentasse os projetos que quer pautados na sessão, ainda antes do recesso”.

### Propostas paradas no Senado

De parte do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem o compromisso de reunir a comissão de oito senadores, três dos quais gaúchos, para tratar exclusivamente desse tema e ver o que tem hoje de propostas paradas no Senado que podem andar e que já deveriam ter sido aprovadas, como a isenção de impostos sobre geladeiras e móveis.

# PF deflagra nova fase da operação sobre ‘Abin paralela’

Ação investiga servidores e Carlos Bolsonaro, filho do ex-presidente

## / INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) deflagra nesta quinta-feira a quarta fase da operação sobre a chamada “Abin paralela”, que tem o vereador Carlos Bolsonaro (PL) entre os investigados. Até o momento, policiais federais cumpriram cinco mandados de prisão preventiva e sete mandados de busca e apreensão, expedidos pelo STF, em Brasília, Curitiba, Juiz de Fora, Salvador e São Paulo.

O filho do ex-presidente é alvo de apuração por envolvimento no uso do software espião FirstMile pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) sob o governo de Jair Bolsonaro (PL).

A Operação Última Milha investiga se servidores da Abin lotados no Centro de Inteligência Nacional (CIN) - órgão criado por Bolsonaro em 2020 - utilizaram o software de geolocalização e se produziram relatórios sobre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e políticos adversários do ex-presidente.

O objetivo seria desarticular a chamada “Abin paralela”, organização criminosa voltada ao monitoramento ilegal de autoridades públicas e à produção de notícias falsas, utilizando-se de sistemas da agência. Nesta fase, as investigações apontam que membros dos três Poderes e jornalistas foram alvos de ações do grupo, incluindo a criação de perfis falsos e a divulgação de informações sabidamente falsas.

Segundo a PF, a “Abin Paralela” também acessou ilegalmente



ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL/JC

Centro de Inteligência Nacional, criado em 2020, é alvo da investigação

computadores, aparelhos de telefonia e infraestrutura de telecomunicações para monitorar pessoas e agentes públicos. Os investigados podem responder pelos crimes de organização criminosa, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, interceptação clandestina de comunicações e invasão de dispositivo informático alheio.

O CIN foi criado por um decreto de Bolsonaro, assinado em julho de 2020, que criou novas estruturas dentro do organograma da Abin, à época chefiada por Alexandre Ramagem, atual deputado federal e pré-candidato do PL à Prefeitura do Rio de Janeiro.

Durante as investigações, Ramagem negou irregularidades e afirmou, por meio de sua assessoria, que o “departamento de operações, composto exclusivamente de servidores de carreira da Abin, era o único responsável pela gestão, senhas e execução do sistema”.

A justificativa para criação do CIN foi planejar e executar “atividades de inteligência” destinadas

“ao enfrentamento de ameaças à segurança e à estabilidade do Estado” e assessorar órgãos competentes sobre “atividades e políticas de segurança pública e à identificação de ameaças decorrentes de atividades criminosas”.

Servidores da agência e policiais federais próximos à Ramagem e da família Bolsonaro foram colocados em cargos de chefia na nova estrutura, o que fez com que o CIN fosse apelidado de “Abin paralela”.

O centro foi desmontado pela reestruturação promovida pela atual direção da Abin, já no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após a operação da PF que mirou o software espião.

O FirstMile foi utilizado pela Abin entre 2019 e 2021. Ele foi adquirido e ficava “hospedado” em computadores da Diretoria de Operações de Inteligência, mas depoimentos de servidores e documentos de apurações internas da Abin mostram o uso por solicitação de pessoas ligadas ao CIN.

## Ministros do STF, políticos e jornalistas foram monitorados

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) no governo Jair Bolsonaro (PL) monitorou ilegalmente, segundo a Polícia Federal, ao menos quatro ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), quatro deputados federais, quatro senadores, um ex-governador, dois servidores do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), três auditores da Receita e quatro jornalistas.

A lista foi descoberta pelos investigadores da Operação Última Milha, que teve sua quarta fase aberta nesta quinta-feira. Foram presos quatro auxiliares do ex-chefe da Abin Alexandre Ramagem e integrantes do chamado “Gabinete do Ódio”.

### Nomes sob monitoramento ilegal:

■ **Poder Judiciário:** ministros Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, todos do Supremo Tribunal Federal.

■ **Poder Legislativo:** deputados Arthur Lira, presidente da Câmara, Rodrigo Maia (então presidente da Câmara), Kim Kataguiri e Joice Hasselmann; senadores Alessandro Vieira, Omar Aziz, Renan Calheiros e Raulo Rodrigues.

■ **Poder Executivo:** ex-governador de São Paulo João Dória, servidores do Ibama Hugo Ferreira Netto Loss e Roberto Cabral Borges, auditores da Receita Christiano José Paes Leme Botelho, Cleber Homen da Silva e José Pereira de Barros Neto.

■ **Jornalistas:** Mônica Bergamo, Vera Magalhães, Luiza Alves Bandeira e Pedro Cesar Batista.

Desde 1980 protegendo  
a inovação para você  
construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade